

DUAS DÉCADAS APÓS A CIMEIRA DO RIO: QUO VADIS DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Korinna Horta

email : korinna.horta@gmail.com

Doutorada em Estudos do Desenvolvimento (Universidade de Londres), mestre em Estudos Latino-Americanos e Economia Internacional (Universidade Johns-Hopkins), e licenciada em Ciências Sociais (Universidade Nova de Lisboa). Foi Bolseira (Yale University Stimson Fellow) e Professora Convidada em universidades nos EUA e na Europa. Consultora do Instituto de Investigação para o Desenvolvimento Social da ONU e de outras organizações internacionais, trabalhou como cientista sénior no Environmental Defense Fund, Washington, D.C. (1990-2009). Trabalha em finanças internacionais, ambiente e direitos humanos na Urgewald. Desde 2010 é membro do Compliance Review Panel no Inter-American Development Bank. Entre as suas publicações destacam-se artigos para o *Yale Journal for International Affairs*, o *Harvard Human Rights Journal*, e o *New Scientist*, entre outras publicações periódicas. Publicou um livro sobre instituições financeiras internacionais e biodiversidade e foi co-autora de uma obra sobre Timor Leste. Escreveu artigos independentes para jornais e contribuiu com capítulos para livros sobre direitos humanos, políticas ambientais globais e instituições financeiras internacionais.

Resumo

A agência de desenvolvimento mais influente do mundo – o Grupo Banco Mundial (GBM) – é o actor principal no financiamento para o desenvolvimento e desempenha um papel central nos esforços globais de protecção do meio ambiente. Depois da Cimeira da Terra no Rio em 1992, esta instituição foi responsável por todos os projectos de investimento do *Global Environment Facility* (GEF), então criado para servir de mecanismo financeiro interino da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e Biodiversidade. A promessa de que o GEF conduziria à “ecologização” do financiamento para o desenvolvimento ainda não foi concretizada. Mais recentemente, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas nomeou o GBM como administrador interino do recém criado Fundo Verde do Clima (*Green Climate Fund*), que pretende mobilizar cerca de US\$ 100 biliões por ano até 2020. Enquanto que o Grupo Banco Mundial desempenha este papel crítico nos esforços ambientais globais, a sua principal actividade continua a ser a concessão de empréstimos para o desenvolvimento, onde se incluem o financiamento de grandes projectos infra-estruturais, agronegócios e barragens de grande dimensão, para além de investimento em gás, petróleo e mineração. Esta carteira de empréstimos regulares para o desenvolvimento está frequentemente em desacordo com a sustentabilidade ambiental. Por exemplo, apesar da importância crescente do financiamento climático, o apoio a projectos de combustíveis fósseis continua a dominar os empréstimos que a instituição concede ao sector energético. Outra área relacionada com o clima, em que o Banco Mundial está envolvido e desempenha um papel pioneiro, é fazer avançar o REDD+, uma iniciativa que tem por objectivo reduzir a emissão de gases efeito de estufa a nível global através da integração de esforços que visam proteger as áreas de floresta nos mercados globais de carbono. Em última análise, o seu sucesso dependerá da forma como abordará as questões sensíveis, tais como a propriedade da terra, a governança de florestas e a distribuição equitativa de benefícios. Em conclusão, este artigo analisa a cultura empresarial subjacente e a dificuldade em reconciliar a sustentabilidade ambiental e social com o interesse da instituição em alcançar as metas de financiamento.

Palavras-chave

Financiamento internacional; Desenvolvimento e Ambiente; Banco Mundial; Rio + 20

Como citar este artigo

Horta, Korinna (2011). "Duas décadas após a Cimeira do Rio: *Quo Vadis* desenvolvimento sustentável", *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 2, N.º 2, Outono 2011. Consultado [online] em data da última consulta, observare.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n2_art2

Artigo recebido em Julho de 2011 e aceite para publicação em Agosto de 2011



DUAS DÉCADAS APÓS A CIMEIRA DO RIO: QUO VADIS DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Korinna Horta

A Cimeira da Terra que se realizou no Rio de Janeiro em 1992, também conhecida por Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), prometeu inaugurar uma nova era na qual o crescimento económico e a sustentabilidade ambiental estariam intimamente interligados e se reforçariam mutuamente. Havia a esperança de que os 108 chefes de Estado reunidos no Rio lançassem um novo regime de cooperação internacional de forma a transformar a nossa abordagem sobre o desenvolvimento, proteger o clima mundial e a biodiversidade.

Com a aproximação do 20º aniversário da CNUMAD, que reunirá delegados de todo o mundo de novo no Rio, é fundamental tentarmos compreender melhor o que foi realizado até à data. Aqui, o foco incide sobre o Grupo Banco Mundial (GBM), a instituição de desenvolvimento mais proeminente do mundo, com uma adesão de 187 países e uma pesada carga burocrática encarregue de gerir diariamente os seus assuntos. O GBM tem desempenhado um papel central ao longo das últimas duas décadas nos esforços de financiamento destinados a promover o desenvolvimento sustentável e a solucionar os problemas ambientais globais, tais como as alterações climáticas e a perda da biodiversidade.

Na sequência da publicação do seu relatório seminal sobre "**Meio Ambiente e Desenvolvimento**" no ano da Conferência do Rio¹, o Grupo Banco Mundial aprovou uma missão que tinha o duplo objectivo de **promover a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável**. A nova declaração de missão baseou-se no reconhecimento de que o combate à pobreza está inseparavelmente ligado à protecção ambiental e uma melhor gestão dos recursos naturais.

Considerado como um centro de conhecimento global, as ideias do Grupo Banco Mundial exercem uma influência considerável sobre os outros agentes financeiros públicos envolvidos. Instituições como os Bancos Regionais de Desenvolvimento e as Agências Bilaterais de Ajuda tendem a seguir sua liderança. Mais recentemente, alguns dos maiores bancos do sector privado, os bancos signatários dos Princípios do Equador, comprometeram-se a adoptar padrões de desempenho ambiental e social da *International Finance Corporation* (IFC), o ramo do Grupo Banco Mundial que empresta directamente ao sector privado.

Este artigo analisa os compromissos do GBM relativamente às políticas e iniciativas ambientais na sua qualidade de líder nesta matéria à escala global. Examina brevemente o papel da instituição no centro do financiamento para os objectivos ambientais globais. Seguir-se-á uma apreciação dos principais negócios do Grupo

¹ Banco Mundial (1992). *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, Desenvolvimento e Ambiente*, Washington, D.C.



Banco Mundial no financiamento ao desenvolvimento e uma análise do GBM no quadro das salvaguardas ambientais e sociais. Far-se-á uma breve alusão aos custos da isenção de empréstimos e do escrutínio dos seus impactos ambientais e sociais. Dado o crescente papel do GBM no financiamento climático, este artigo analisa os empréstimos aos projectos de investimento no sector da energia e as oportunidades e riscos associados do apoio do Grupo Banco Mundial ao REDD +, uma iniciativa destinada a reduzir as emissões de gases com efeito estufa através da integração da protecção das florestas tropicais nos mercados de carbono globais. Por último, este artigo analisa a cultura empresarial subjacente e a dificuldade em conciliar a sustentabilidade ambiental e social com o interesse da instituição, guiado pela oferta e vontade de alcançar metas de financiamento.

Um Gestor dos Fundos Ambientais Globais

Antes da CNUMAD em 1992, e novamente agora no contexto da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC), o Grupo Banco Mundial posicionou-se como instituição chave no financiamento ambiental. Desempenha um papel fundamental tanto no *Global Environment Facility* (GEF) como no *Green Climate Fund* (GCF), criados no início de 1990 e em 2010, respectivamente. Ambos são mecanismos de transferências financeiras de Norte para Sul com o intuito de enfrentar os desafios da cooperação ambiental internacional.

Há duas décadas, à medida que os preparativos para a Cimeira da Terra no Rio se desenrolavam, os países mais desenvolvidos mostravam-se ansiosos por demonstrar o seu compromisso em financiar os esforços dos países em desenvolvimento na resolução de importantes problemas ambientais globais, como as alterações climáticas e a perda da biodiversidade. A maioria dos países em desenvolvimento, por outro lado, via-se confrontada com muitas outras necessidades, não considerando os problemas ambientais globais como uma grande prioridade. No entanto, queriam utilizar as preocupações ambientais dos países do Norte e a possibilidade de usufruírem de transferências financeiras acrescidas para financiar as suas prioridades económicas e ambientais, nacionalmente identificadas (Fairman, 1996: 69).

Um aspecto talvez ainda mais importante era o facto de os governos do Norte e do Sul não se entenderem sobre a estrutura de governação de um fundo destinado a abordar os problemas ambientais globais. Os países em desenvolvimento teriam preferido a criação de uma nova instituição na qual todos os Estados tivessem idêntico direito de voto.

Mas, no início da década de 1990, e novamente na presente década, os países desenvolvidos insistiam em recorrer às instituições existentes para canalizar o financiamento ambiental. A sua clara preferência foi e continua a ser o GBM, onde as quotas de voto são proporcionais às contribuições financeiras que os países fazem para a instituição, o que assegura o predomínio dos países desenvolvidos. Em antecipação da Cimeira do Rio, o Conselho de Administração do Banco Mundial aprovou uma resolução em 1991 que estabelecia a criação do *Global Environment Facility* (GEF) e colocava os países do G7 claramente na dianteira da tomada de decisões sobre as transferências financeiras para o ambiente de Norte para o Sul.



Contudo, perante as dúvidas manifestadas pelos países em desenvolvimento sobre uma estrutura na qual a maioria tinha uma voz muito limitada, o GEF convidou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) a integrar o GEF num processo tripartido. Também inovou ao criar um Conselho do GEF no qual a representação dos países em desenvolvimento se viu reforçada, e as decisões exigiam uma 'dupla maioria', ou seja, uma maioria composta tanto por doadores do Norte como por países beneficiários do Sul. Na prática, porém, as reuniões bianuais do Conselho do GEF e as suas instâncias realizavam-se por consenso.

O poder real, pelo menos durante a primeira década do GEF, estava nas mãos do GBM, que administrava, fornecia o secretariado e assumia a responsabilidade de todos os projectos de investimento do GEF, enquanto o PNUD e o PNUMA se limitavam a prestar assistência técnica ou a conduzir estudos ambientais. O GEF reforçou as credenciais do Banco Mundial como instituição ambientalmente responsável e ajudou a estabelecer a sua liderança numa área de crescente interesse para as populações dos principais países doadores (Fairman, 1996: 72).

Durante a primeira década de existência, o GEF obteve financiamento de cerca de 4 biliões de dólares, uma soma insignificante quando comparada com as exigências dos países em desenvolvimento, ou com a média anual de empréstimos de mais 20 biliões de dólares por ano concedidos pelo Banco Mundial. De forma a racionalizar as suas limitações de financiamento, os doadores promoveram o GEF como um "Cavalo de Tróia" ambiental, e como uma forma de integrar e tornar as prioridades ambientais no objectivo principal de todas as actividades do Grupo Banco Mundial e dos seus dois sócios menores. A integração era considerada uma forma de fazer com que as pequenas somas do GEF fossem mais longe mediante a "ambientalização" mais lata do desenvolvimento.

Mas a integração no objectivo principal não se realizou (Fairman 1996:82). Através do financiamento do GEF, o Banco Mundial tem abordado os indícios de problemas ambientais específicos, mas os fundos do GEF não contribuíram para empréstimos em sectores como a energia, silvicultura e agro-indústria, que são fundamentais para a protecção do clima e da biodiversidade (Young, 2002: 215, Horta 1998: 3). Uma avaliação oficial encomendada pelo GEF em 1998 chegou à mesma conclusão. A sua recomendação prioritária foi a necessidade de integrar objectivos ambientais na carteira geral de financiamentos globais do GBM, por exemplo, afastando-se dos empréstimos energéticos convencionais para passar a desempenhar um novo papel no financiamento das tecnologias de energia sustentável (Garrett *et al*, 1998: XV).

Tanto a Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas como a Convenção das Nações Unidas sobre a Biodiversidade adoptaram o GEF como mecanismo de financiamento interino em 1992. Mas o GEF nunca foi directamente responsável perante as Convenções e, apesar dos seus festejos iniciais por ser o resultado concreto da Conferência do Rio de 1992, a sua importância tem diminuído nos últimos anos.

Recentemente, numa iniciativa semelhante à da criação do GEF, o Banco Mundial assumiu-se como um dos protagonistas financeiros na área das alterações climáticas. Em causa estão cerca de 100 biliões de dólares anuais até 2020, provindos tanto de fontes públicas como privadas, para ajudar os países em desenvolvimento na mitigação de efeitos ou na adaptação às alterações climáticas. Em antecipação de novos fluxos



financeiros substanciais, em 2008, o Banco Mundial lançou o seu Quadro Estratégico sobre Alterações Climáticas e o Desenvolvimento, concebido para servir de modelo à canalização de financiamento em larga escala para os países em desenvolvimento, de forma a cobrir o custo adicional e os riscos para o desenvolvimento decorrentes das alterações climáticas².

Mais uma vez, a antecipação por parte do Banco Mundial dos entendimentos dos doadores parece ter valido a pena. Na Conferência das Partes (COP), uma cimeira sobre alterações climáticas realizada em Cancún em Dezembro de 2010, o Banco Mundial foi nomeado para servir de mandatário interino de um novo Fundo Verde do Clima (GCF). As modalidades exactas da acção do GCF e o papel do Grupo Banco Mundial, como administrador interino, ainda estão por determinar nas negociações internacionais em curso.

Os governos dos países desenvolvidos continuam a considerar o Grupo Banco Mundial como a instituição mais adequada para gerir com prudência fiscal grandes fluxos de financiamento. A forma como o Banco Mundial, enquanto administrador interino do GCF, irá transcender as tradicionais relações doador-receptor e tornar-se um instrumento do princípio da UNFCCC que estabelece responsabilidades comuns mas diferenciadas, e que reconhece a dívida ecológica dos países do Norte para com o Sul, é ainda uma questão em aberto. Uma questão adicional também ainda em aberto é o impacto do crescente papel da China no Conselho de Administração do Grupo Banco Mundial. Enquanto o papel do G7 sobre este Conselho ainda é predominante, a China substituiu recentemente a Alemanha como terceira maior accionista da instituição, depois dos Estados Unidos e do Japão.

Perante a difícil situação económica dos países doadores tradicionais na sequência da pós-crise financeira, a expectativa é que o financiamento público de governos doadores para o GCF irá alavancar contribuições maiores por parte de fontes privadas. O uso de mercados de carbono, fundos de cobertura e de uma variedade de outros instrumentos financeiros mais ou menos opacos será considerado, a fim de cumprir a meta de transferência de 100 biliões de dólares por ano até 2020.

Enquanto o papel do Banco Mundial está ainda a ser debatido e a questão sobre se os fundos do GCF serão complementados por empréstimos do Banco Mundial continua por responder, o Banco Mundial desempenhará um papel influente como administrador interino do GCF e como líder do financiamento para o desenvolvimento. As próximas secções deste trabalho irão examinar mais detalhadamente a forma como o Grupo Banco Mundial aborda as preocupações ambientais na sua actividade regular de credor mais influente do mundo para o desenvolvimento.

Um Quadro de Salvaguarda Ambiental e Social

"Se o Banco Mundial foi um problema no passado, ele pode e vai ser uma grande força na procura de soluções para o futuro"³, declarou o então presidente do Banco Mundial Barber B. Conable ao anunciar a criação de um Departamento de Meio Ambiente de

² Banco Mundial (2008). *Desenvolvimento e Alterações Climáticas – Quadro Estratégico para o Grupo do Banco Mundial*, Washington, D.C.

³ Discurso de Barber B. Conable, Presidente do Grupo do Banco Mundial, ao *World Resources Institute*, Washington, D.C., 5 de Maio de 1987.



nível superior em 1987. A promessa deste novo departamento foi que as preocupações ambientais seriam integradas em todos os empréstimos e actividades da política do Banco. Em grande parte espicaçado pelas críticas públicas aos principais programas do Banco Mundial, exemplificadas pela Polonoroeste no Brasil e pela Transmigração na Indonésia, que se tornaram exemplos emblemáticos da destruição de florestas tropicais e do empobrecimento das populações locais, o Banco reconheceu que devia adoptar o meio ambiente como causa própria.

No centro do compromisso do Banco Mundial situam-se dez Políticas de Salvaguarda Ambiental e Social, bem como uma nova Política de Acesso à Informação adoptada em 2010, que se baseia na presunção de que a maioria dos documentos deve ser disponibilizada ao público para aumentar a transparência e os resultados positivos para o desenvolvimento⁴.

As Políticas de Salvaguarda abrangem uma ampla gama de tópicos, incluindo desde a avaliação ambiental e o realojamento involuntário dos povos indígenas e florestas⁵. As políticas foram concebidas de forma a que se evitasse que as pessoas e o meio ambiente fossem prejudicados em projectos apoiados pelo Banco, tais como o desenvolvimento de infra-estruturas, centrais eléctricas e grandes barragens, requerendo auscultação às pessoas afectadas na avaliação de impactos ambientais, incorporação de seus pontos de vista nos planos de realioamento e participação dos povos indígenas no desenvolvimento de planos destinados a beneficiá-los.

Ao contrário de sua Estratégia Ambiental, que é uma orientação voluntária para funcionários do Banco, as políticas de salvaguarda são obrigatórias. Isso significa que indivíduos ou comunidades que se sintam afectados negativamente por um projecto financiado pelo Banco podem apresentar queixa ao Painel de Inspeção do Banco Mundial e exercer pressão para que os seus problemas tenham solução sempre que as Políticas de Salvaguarda não sejam devidamente respeitadas.

Actualmente, o Banco Mundial iniciou um processo para actualizar e consolidar o seu Quadro de Políticas de Salvaguarda, pois o sistema actual é considerado complicado e moroso. Este processo deverá estar concluído em 2012. Enquanto a actualização das políticas é inerentemente uma boa ideia, há uma preocupação entre as organizações da sociedade civil que, sob o disfarce da "desobstrução do sistema", haja o risco de minar o actual quadro regulamentar, em vez de o reforçar e alargar.

A *International Finance Corporation* (IFC), ramo importante do sector privado do Banco Mundial, tem uma Política de Sustentabilidade e Padrões de Desempenho distintos para os seus clientes do sector privado, que acaba de sofrer uma grande revisão⁶.

Tanto as Políticas de Salvaguarda como os Padrões de Desempenho abrangem apenas a área, cada vez menor, de projectos de financiamento tradicionais. No caso da IFC, por exemplo, 47% dos seus actuais empréstimos é agora canalizado através de

⁴ Para obter informações detalhadas sobre o acesso às informações, por favor consulte-se <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/PROJECTANDOPERATIONS/EXTINFODISCLOSURE/0,,menuPK:64864911~pagePK:4749265~piPK:4749256~theSitePK:5033734,00.html> , Acedido em 13 de Maio de 2011.

⁵ Para uma lista de Políticas de Salvaguarda, veja-se <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/PROJECTS/EXTPOLICIES/EXTSAFEPOL/0,,menuPK:584441~pagePK:64168427~piPK:64168435~theSitePK:584435,00.html> , Acedido em 13 de Maio de 2011.

⁶ Para informações adicionais consulte-se <http://www.ifc.org/ifcext/media.nsf/content/SelectedPressRelease?OpenDocument&UNID=0ADE5C1923DC4CF48525788E0071FAAA> . Acedido em 13 de Maio de 2011.



intermediários financeiros, que não estão sujeitos ao mesmo grau de escrutínio ambiental e social. Quanto ao financiamento do sector público do Banco Mundial, cerca de 50% é actualmente dedicado a conceder empréstimos para reformas macro-políticas e apoio directo ao orçamento de governos de países em desenvolvimento. Estes empréstimos estão isentos de considerações sobre o impacto ambiental e social.

O Preço das Isenções

O ambiente é mais do que um sector específico. É transversal aos vários sectores, pois as actividades, tanto ao nível de projectos como ao nível da macro-política, têm impactos no meio ambiente e nos recursos naturais. Enquanto o Banco Mundial tinha prometido incluir o ambiente na sua esfera de actividade, assegurando que as preocupações ambientais seriam incorporadas em *toda* a sua carteira de actividades⁷, as políticas de salvaguarda ambiental e social apenas foram aplicadas a operações específicas de investimento.

O ajustamento estrutural, que surgiu em força na década de 1980 quando a combinação da queda dos preços das mercadorias e o crescente défice do sector público levou à escalada de contracção da dívida por parte de muitos países, é um caso a apontar. Os empréstimos foram concedidos em troca da adopção, por parte dos governos, de um conjunto de reformas-padrão de política económica, onde se incluíram a desregulamentação, a privatização, a e a liberalização do comércio, e que ficou conhecido por Consenso de Washington. Todas estas medidas de reforma económica têm implicações ambientais e sociais que não foram adequadamente avaliadas e levadas em consideração.

Um exemplo seria a diminuição do papel do Estado nas economias nacionais apoiadas por empréstimos de ajustamento estrutural. Uma consequência não intencional foi a redução da capacidade nacional e local de gerir os problemas ambientais, tais como lidar com a desflorestação e a poluição da água. Os potenciais impactos que este facto teve nos meios de subsistência locais e de saúde pública não foram considerados (Saprin, 2004).

Um relatório do Banco Mundial datado de 2000 reconheceu que os empréstimos às reformas de políticas macro económicas orientadas para o crescimento tiveram um impacto altamente negativo sobre as capacidades nacionais. "As décadas em se fizeram ajustamento também assistiram a uma deterioração significativa da qualidade das instituições públicas, à desmoralização dos funcionários públicos e ao declínio da eficácia da prestação de serviços em muitos países" (Banco Mundial, 2000: 37).

O termo *ajustamento estrutural* foi substituído em 2004 pela noção de *empréstimo para políticas de desenvolvimento*, alargando o Consenso de Washington de forma a incluir *institution-building*, ênfase na boa governança e alertas sobre as forças corrosivas da corrupção.

Terá isto contribuído para uma maior atenção para com a sustentabilidade ambiental? De acordo com o Grupo Independente de Avaliação (IEG) do próprio Banco Mundial, tal não aconteceu. Num relatório publicado em 2008, afirma que o Banco não tinha uma perspectiva sistemática de sustentabilidade ambiental em toda a sua política e

⁷ Banco Mundial (1995). *Mainstreaming the Environment*, Washington, D.C.: 3.



instrumentos financeiros. Acrescenta ainda que os Documentos de Estratégia de Luta contra a Pobreza e outros de análise e/ou concessão de empréstimos não tinham atribuído uma prioridade suficiente ao meio ambiente e à gestão dos recursos naturais (Grupo Independente de Avaliação, 2008: 5).

A área de financiamento do comércio constitui um exemplo ilustrativo dos elevados custos ambientais e sociais de isentar determinadas categorias de empréstimos do Quadro de Salvaguardas. Por exemplo, a *International Finance Corporation* do GBM concedeu empréstimos comerciais para apoiar empresas que exportam mercadorias específicas, como o óleo de palma, que actualmente tem uma procura muito elevada dada a importância crescente dos biocombustíveis na matriz energética de muitos países. Os impactos ambientais e os direitos humanos deste tipo de investimento tornaram-se tão problemáticos que, em 2009, o presidente do Banco Mundial Zoellick estabeleceu uma moratória sobre os investimentos relacionados com o óleo de palma e outras mercadorias cultivadas em grandes plantações de monocultura. Esta decisão foi o resultado de uma auditoria realizada pela Provedoria da *International Finance Corporation* na sequência de alegações por parte da sociedade civil de desflorestação maciça e de violação de direitos humanos ligados ao apoio da IFC a uma instalação comercial do Grupo Wilmar, uma das maiores empresas de plantação do mundo com extensas explorações na Indonésia e na Malásia. A auditoria confirmou a negligência grave da IFC, bem como a violação de normas ambientais e sociais: "*Devido ao facto das pressões comerciais terem dominado o processo de avaliação da IFC, o resultado foi que as devidas avaliações ambientais e sociais não se realizaram conforme era exigido*"⁸.

Dificuldades na Implementação: Projectos de Investimento

As Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial e os Padrões de Desempenho do IFC aplicam-se ao financiamento de projectos tradicionais, tais como investimentos no desenvolvimento de infra-estruturas e petróleo, gás e mineração. A seguir, consideraremos sucintamente os investimentos no sector de energia e de apoio ao REDD+, já que ambos são particularmente sensíveis à problemática das alterações climáticas.

Empréstimos ao Sector Energético

Os Relatórios Anuais mais recentes do Banco Mundial sublinharam as ligações existentes entre as alterações climáticas e a pobreza. O relatório de 2009 afirmava que "*As Alterações Climáticas irão afectar mais gravemente as populações mais pobres e os países mais pobres, potencialmente invertendo décadas de conquistas do desenvolvimento...*"⁹. O Relatório Anual de 2010 enfatiza novamente que as alterações climáticas colocam os ganhos realizados na luta contra a pobreza, nas vidas e nos meios de subsistência de biliões de pessoas em risco.

Actualmente, a abordagem às alterações climáticas tornou-se um dos estandartes das actividades do Grupo do Banco Mundial (Banco Mundial, 2008). Os governos doadores

⁸ *Compliance Advisor Ombudsman (CAO)*, Auditoria dos Investimentos do IFC no Wilmar Trading, Relatório de Auditoria, Washington, D.C., 19 de Junho de 2009: 2.

⁹ Banco Mundial (2009). Relatório Anual 2009, Washington: 20.



encorajaram este desenvolvimento, assumindo o compromisso de doar 6,1 biliões de dólares adicionais aos Fundos de Investimento Climático geridos pelo Banco Mundial em 2008¹⁰.

Esta bem-vinda mudança, que atribui maior importância às alterações climáticas, teria constituído uma oportunidade única de reformar a carteira do Grupo Banco Mundial e assegurar que todas as suas actividades de atribuição ou não de crédito são consistentes com os objectivos de protecção climática. No entanto, se a nova Estratégia sobre o Sector Energético da instituição, actualmente a ser preparada, contempla o apoio crescente às pessoas pobres em termos de acesso à energia e ao desenvolvimento baseado em baixas emissões de carbono, o Banco Mundial continua a ser um importante financiador de projectos de combustíveis fósseis. Os empréstimos aos projectos de carvão, o mais poluente de todos os combustíveis fósseis, atingiram níveis recorde nos últimos anos¹¹. A central eléctrica a carvão Medupi, situada na África do Sul e a maior operação do Banco Mundial em África em 2010, constitui um dos mais recentes e controversos investimentos do Banco Mundial.

A central eléctrica Medupi é financiada através de um empréstimo do Banco Mundial de 3,75 biliões de dólares à Eskom Holding, Ltd., uma empresa estatal sul-africana (Banco Mundial, 2010: 20), que financia a central eléctrica a carvão que produz 4.800 MW, sendo assim uma das maiores do mundo. O financiamento inclui ainda 200 milhões de dólares para energias renováveis, o que constitui uma pequena fracção do investimento total.

A fábrica Medupi usará carvão super-crítico, que queima o carvão de forma mais eficiente do que as termoeléctricas a carvão normais. Mas isso não a torna uma "opção de baixo carbono" e irá condenar a África do Sul a queimar carvão nas próximas décadas. O próprio Banco estima que, trabalhando na sua potência máxima, a Medupi libertará 30 milhões de toneladas de CO² por ano, embora afirme que o aumento líquido das emissões de CO² será consideravelmente menor, porque o projecto irá proporcionar o acesso energético aos pobres e substituir geradores a diesel, velas e querosene¹².

Mas as ONGs sul-africanas e as pessoas afectadas ainda não se mostraram convencidas, tendo enviado uma queixa ao Painel de Inspeção do Banco Mundial, onde afirmam que o projecto irá provocar poluição maciça e causar danos significativos na sua saúde, modos de vida e no meio ambiente¹³. Além disso, consideram que o projecto é um subsídio às grandes empresas, que pouco farão para fornecer energia às populações locais. De acordo com Bobby Peek, Director da ONG *GroundWork* na África do Sul, *"Este projecto destina-se a garantir o fornecimento ininterrupto de energia às grandes corporações, tais como fundições e indústrias de mineração a preços especiais acordados secretamente. Não é para os milhões de pessoas pobres que não podem*

¹⁰ Comunicado de Imprensa do Banco Mundial, 26 de Setembro de 2008, <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:21916602~pagePK:34370~piPK:34424~theSitePK:4607,00.html> Acedido em 19 de Maio de 2011.

¹¹ Meinhard-Gibbs, Heike e Bast, Elizabeth (com Kretzman, Steve), World Bank Group Energy Financing – Energy for the Poor?, Oil Change International, Washington, Outubro de 2010, disponível em <http://priceofoil.org/wp-content/uploads/2010/10/ociwbenergyaccessfin.pdf>

¹² Banco Mundial, Documento de Avaliação do Projecto (Project Appraisal Document), Relatório Nº 53425-ZA, Washington, 19 de Março de 2010: 49.

¹³ O pedido do Painel de Investigação encontra-se disponível em [http://siteresources.worldbank.org/EXTINSPECTIONPANEL/Resources/Request_for_Inspection_\(PUBLIC\).pdf](http://siteresources.worldbank.org/EXTINSPECTIONPANEL/Resources/Request_for_Inspection_(PUBLIC).pdf). Acedido em 23 de Maio de 2011.



*pagar ou não têm acesso à electricidade. A África do Sul não precisa deste empréstimo*¹⁴.

O Painel de Inspeção do Banco Mundial realizou uma visita de campo inicial e encontrou provas suficientes para justificar uma investigação alargada de possíveis violações das Políticas de Salvaguarda Ambiental e Social¹⁵. A investigação deverá estar concluída no final de 2011.

Há muitos anos que os investimentos do Grupo Banco Mundial em petróleo, gás e mineração são objecto de controvérsia por causa da sua associação com a degradação ambiental, violação dos direitos humanos e corrupção. A fim de solucionar alguns desses problemas, em 2000, o Banco Mundial contratou a *Extractive Industries Review* (EIR), dirigido por Emil Salim, um ex-ministro do Ambiente da Indonésia. A missão da EIR era fornecer um conjunto de recomendações para orientar os investimentos do Grupo Banco Mundial no sector extractivo, com o objectivo de garantir a sua compatibilidade com a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável. O relatório da EIR, publicado em 2003, recomendou a suspensão imediata de todos os investimentos em carvão e uma eliminação gradual, de forma mais ampla, dos investimentos em combustíveis fósseis. Além disso, apelou à melhoria do diálogo, ao respeito pelos direitos humanos, aos processos participativos na tomada de decisões e às boas práticas ambientais em projectos extractivos (EIR, 2003). Mas até à data, os empréstimos à extracção de combustíveis fósseis, incluindo carvão, continuam a desempenhar um papel dominante na carteira energética do GBM e as recomendações do EIR continuam por implementar.

Numa escala mais ampla, o Grupo Independente de Avaliação (IEG) do GBM analisou a sustentabilidade ambiental de uma carteira de investimentos do GBM de 400,000 milhões de dólares para os anos 1990-2007. A avaliação concluiu que, embora a atenção para com o ambiente tenha aumentado ao longo desses anos, o Grupo Banco Mundial não tinha posto em prática as considerações de sustentabilidade ambiental ao conceder empréstimos para a construção de grandes barragens, agro-negócios, gasodutos e outros projectos (Grupo Independente de Avaliação, 2008).

Mudanças Climáticas e Florestas: Oportunidades e Riscos do REDD+

A destruição das florestas tropicais representa aproximadamente 17% das emissões de gases com efeito estufa gerados pela actividade humana. A ideia inicial do REDD (**Redução das Emissões da Desflorestação e Degradação Florestal**) era que, ao compensar os países em desenvolvimento pela diminuição das suas taxas de desflorestação, criar-se-iam oportunidades rentáveis e de curto prazo para estabilizar o clima mundial. Além disso, traria outros benefícios, tais como a protecção da biodiversidade e a criação de rendimentos para o desenvolvimento económico¹⁶.

¹⁴ Bank Information Center (2010). Comunicado de Imprensa, "South Africans say 'no' to Eskom coal", Washington, 6 de Abril.

¹⁵ Declaração de Roberto Lenton, presidente to Painel de Inspeção. Disponível em http://siteresources.worldbank.org/EXTINSPECTIONPANEL/Resources/Final_Elig_Rpt_for_Disclosure.pdf. Acedido em 23 de Maio de 2011.

¹⁶ São vários os documentos sobre o REDD+ disponíveis no Center for International Forestry Research (CIFOR) em URL <http://www.cifor.cgiar.org>.



Compensar os países que reduzissem as suas taxas de desflorestação a partir de uma dada base (a desflorestação que teria acontecido de qualquer maneira) corria o risco de estimular incentivos perversos. Alguns governos poderiam ter decidido acelerar as taxas de desflorestação nos seus países, a fim de se qualificarem para receber pagamentos mais elevados. Para resolver este problema, REDD transformou-se na REDD+, que também contempla a compensação de actividades que contribuam para a conservação florestal, gestão florestal sustentável e aumento das reservas de carbono.

A REDD+ apresenta tantas oportunidades como riscos. As oportunidades são a abertura de espaço político para abordar questões de governança, corrupção e direito à terra, bem como encontrar soluções para as causas subjacentes à desflorestação. Do lado de risco encontram-se as questões de especulação imobiliária, a expulsão de populações dependentes da floresta, a perda de sistemas de conhecimento tradicionais e a fraude e corrupção resultantes da protecção de interesses que procuram lucrar com negócios de carbono rentáveis. Além disso, há o risco de que a procura endémica de aluguer em países com sistemas de governança pobres levará a que a REDD + ganhe pontos que não representam reduções genuínas de emissões de CO² (Lohmann, 2009).

A *Forest Carbon Partnership Facility* (FCPF) do Banco Mundial é a iniciativa mais importante de todas as relacionadas com a REDD+. Entrou em vigor em Junho de 2008 e consiste de duas partes: um mecanismo REDD-Readiness para preparar os países para a REDD, e um Fundo de Carbono para encorajar transacções de financiamento de carbono¹⁷. O Fundo de Carbono, que está programado para tornar-se plenamente operacional em 2011, permitirá aos países participarem nos mercados globais de carbono. O objectivo é que os países vendam as suas Reduções de Emissões (REs) a compradores que sintam ser mais rentável comprar REs do que satisfazer as suas próprias metas de redução de emissões através de meios tecnológicos ou outros.

O FCPF estabeleceu vários critérios que devem ser incluídos nos mecanismos de Preparação do REDD+, incluindo consultas à sociedade civil e aos povos indígenas. De acordo com a Carta do FCPF, as Políticas de Salvaguarda Ambiental e Social do Banco Mundial incluem-se nas iniciativas de REDD+, embora haja ambiguidade relativamente ao facto da salvaguarda se aplicar às fases de planeamento ou só mais tarde, durante a implementação dos projectos (*Forest Carbon Partnership Facility*, 2011).

A Floresta da Bacia do Congo é a segunda maior depois da Amazónia e representa uma das regiões onde o FCPF está a abrir caminho em termos da implementação do REDD+. Um dos países clientes é a República Democrática do Congo (RDC), que abrange mais da metade da floresta da Bacia do Congo. A RDC é um exemplo crítico de como as preparações para a implementação do REDD+ na prática são difíceis. As instituições são fracas e não estão presentes em grandes áreas do país. As questões relativas à propriedade da terra, direitos de utilização de recursos e de partilha dos benefícios decorrentes dos pagamentos do REDD+ continuam por resolver (Horta, 2009).

A República Democrática do Congo tem um historial muito mau de utilização do rendimento da sua enorme riqueza de minerais e outros recursos naturais para fins de redução da pobreza. As organizações da sociedade civil na região estão preocupadas com o facto de a agricultura itinerante ser considerada um condutor primário da desflorestação, enquanto a indústria madeireira e de mineração de larga escala são

¹⁷ Para mais informações sobre o website do FCPF consulte-se <http://www.forestcarbonpartnership.org/fcp/>



deixadas à margem do problema. Poderemos estar perante um cenário no qual os pobres serão culpabilizados pela desflorestação enquanto os benefícios do REDD + revertem para os interesses poderosos.

Na RDC como noutros, sítios, será necessário um enorme esforço para garantir que os rendimentos provenientes do REDD+ serão partilhados com as populações que vivem nas áreas de floresta (Sunderlin *et al*, 2008).

A experiência do próprio Banco Mundial no sector florestal da RDC não é encorajadora. Em 2007, o seu Painel de Inspeção investigou os investimentos florestais na RDC, e o relatório concluiu que as actividades do Banco se concentravam na produção de madeira industrial, tendo ignorado as questões ambientais e socioeconómicas, incluindo as necessidades dos cerca de 40 milhões de pessoas que dependem dos recursos florestais para subsistir (Painel de Inspeção, 2007).

Um problema central para o FCPF do Banco Mundial é que o seu calendário acelerado para ajudar os países na preparação para o REDD+, e a participarem nos mercados de carbono, não é facilmente conciliável com a necessidade de ampla participação e fortalecimento das instituições nacionais, que exigem prazos mais longos.

Uma cultura empresarial em desacordo com a sustentabilidade

Tal como este texto procurou demonstrar, a agenda ambiental do Grupo Banco Mundial continua por concluir. A falta de coerência política é ilustrada pelo papel crescente do GBM no financiamento climático e, simultaneamente, pelo seu financiamento para o desenvolvimento em larga escala de combustíveis fósseis, que condena os países em desenvolvimento a elevadas emissões de gás com efeito estufa durante as próximas décadas.

O Grupo de Avaliação Independente (IEG) do Banco Mundial documentou um programa de investimento estático e problemático no sector energético, no qual os incentivos à concessão de empréstimos extremamente necessários para a eficiência energética e energia renovável não avançam (IEG, 2008: ix). A IEG também tem apelado para avaliações ambientais e económicas de investimentos em energias mais rigorosas, bem como à reformulação do sistema de incentivo internos do GBM.

Nas últimas duas décadas, os relatórios de avaliação do IEG, bem como as conclusões e recomendações de ambos os Painéis internos e externos e Comissões, têm fornecido valiosos contributos com o objectivo de melhorar a sustentabilidade ambiental das operações do Grupo Banco Mundial. Mas o GBM tem principalmente percorrido um caminho que tem sido alvo de sérias críticas (IEG, 2008: xxv).

Como explicar a falta de coerência entre o discurso oficial sobre o ambiente e as decisões de financiamento real?

O problema central foi identificado já em 1992 por Willi Wapenhans, um antigo Vice-Presidente do Banco Mundial, que se referiu à "cultura de aprovação" (de empréstimos) institucional como um obstáculo fundamental à melhoria da qualidade do crédito concedido (Wapenhans, 1992). Os incentivos dados ao pessoal interno baseiam-se na movimentação do dinheiro e não em resultados reais em termos de redução da pobreza ou promoção do desenvolvimento sustentável. A falta de atenção prestada aos resultados reais tem sido documentada em vários relatórios de avaliação interna, que



têm consistentemente apontado graves deficiências no acompanhamento e supervisão das operações apoiadas pelo GBM (OED, 2000; OED, 2002; IEG, 2008). Mas os resultados da avaliação não levaram a mudanças significativas.

O ex-funcionário do Banco Mundial Steve Berkman descreve a situação numa linguagem extremamente vivida: "*Obcecados com a movimentação de dinheiro para avançarmos nas nossas próprias carreiras, de alguma forma esquecemos as nossas responsabilidades fiduciárias e a simples lógica antiquada, à medida que aprovamos empréstimo após empréstimo, enriquecendo os corruptos e assegurando que os pobres permanecem em situação de pobreza*" (Berkman, 2010: 159).

As actuais mudanças geopolíticas a nível global, com o poder crescente da China, Índia, Brasil e de outras potências em desenvolvimento, estão igualmente a fazer com que estes países tenham um poder crescente no Conselho de Administração Executivo do Banco Mundial. A importância das potências emergentes já conduziu à implementação de novas tendências, como o uso de sistemas do país, ou seja, a substituição das Políticas de Salvaguardas do Banco Mundial pelas normas ambientais e sociais existentes nos países mutuários. Isso poderia até ser positivo, desde que a responsabilização pública seja integrada nestes sistemas. No entanto, se a abordagem implícita nos sistemas dos países impedir a monitorização independente dos impactos ambientais e sociais, então esse sistema irá servir principalmente para mobilizar grandes quantidades de dinheiro com fraca responsabilização dos responsáveis.

O desenvolvimento sustentável continuará a ser, em grande parte, evasivo, enquanto as forças políticas e económicas que impulsionam práticas insustentáveis não forem objecto de uma abordagem. Até que ponto os governos dos países desenvolvidos ou os novos poderes no cenário global, com uma voz importante no Banco Mundial, irão desenvolver a vontade política de combater as causas profundas dos problemas ambientais que assolam o nosso planeta é uma questão que permanece em aberto.

Bibliografia

Berkman, Steve (2008). *The World Bank and the Gods of Lending*, Sterling, Virginia: Kumarian Press.

Compliance Advisor Ombudsman (2009). *Audit of IFC's Investments in Wilmar Trading* (IFC No. 20348), Delta-Wilmar CIS (IFC No. 24644) Wilmar-WCAP (IFC No. 25532=, Delta-Wilmar CIS Expansion (IFC No. 262719, Audit Report, Washington, D.C.: International Finance Corporation, June 19.

The Extractive Industries Review (2003). *Striking a Better Balance*, Jakarta, Indonesia and Washington, D.C. Available at URL [http://irispublic.worldbank.org/85257559006C22E9/All+Documents/85257559006C22E985256FF6006843AB/\\$File/volume1english.pdf](http://irispublic.worldbank.org/85257559006C22E9/All+Documents/85257559006C22E985256FF6006843AB/$File/volume1english.pdf)

Fairman, David (1996). "The Global Environment Facility: Haunted by the Shadow of the Future" in Keohane, R.O. and Levy, M.A. (ed) *Institutions for Environmental Aid*, Cambridge, Massachusetts and London: the MIT Press.

Forest Carbon Partnership Facility (2011). *Revised Charter*. Washington, D.C.: The World Bank. Available at URL <http://www.forestcarbonpartnership.org/fcp/node/43>



- Horta, Korinna (1998). "Global Environment Facility". *Foreign Policy in Focus*, Vol. 3, No 39: 4.
- Horta, Korinna (2008). *The Politics of Policy and Practice – International Financial Institutions and Biodiversity*. Koeln: Lambert Academic Publishing.
- Horta, Korinna (2009). *Global Climate Politics in the Congo Basin*. Berlin: Heinrich Boell Stiftung.
- Independent Evaluation Group (2008). *Environmental Sustainability – An Evaluation of World Bank Group Support*. Washington, D.C.: The World Bank.
- Independent Evaluation Group (2008). *Climate Change and the World Bank Group*. Washington, D.C.: The World Bank.
- Independent Evaluation Group (2010). *Safeguards and Sustainability in a Changing World, An Independent Evaluation of World Bank Group Experience*. Washington, D.C.: The World Bank.
- The Inspection Panel (2007). *Investigation of Forest Sector Operations in DRC, Report Nº 40746-ZR*. Washington, D.C.: The World Bank, August 31.
- The Inspection Panel (2009). *The Inspection Panel at 15 Years*. Washington, D.C.: The World Bank.
- Lohmann, Larry (2009). *When Markets are Poison – Learning about Climate Policy from the Financial Crisis*, United Kingdom: The Cornerhouse. Available at <http://www.thecornerhouse.org.uk>.
- Meinhard-Gibbs, Heike and Bast, Elizabeth (October 2010). *World Bank Group Energy Financing – Energy for the Poor?* Washington, D.C.: Oil Change International. Available at URL <http://priceofoil.org/wp-content/uploads/2010/10/ociwbgenergyaccessfin.pdf>.
- Operations Evaluation Department–OED (2000). *Safeguard Policy Framework: OED Comments on Systemic Issues*. Washington, D.C.: The World Bank.
- Operations Evaluation Department–OED (2002). *Promoting Environmental Sustainability in Development – An Evaluation of the World Bank's Performance*. Washington, D.C.: The World Bank.
- Porter, Gareth *et al.* (1998). *Study of the GEF's Overall Performance*. Washington, D.C., The Global Environment Facility.
- Saprin-Structural Adjustment Participatory Review Network (2004). *Structural Adjustment – The Sapri Report*. London and New York: Zed Books.
- Sunderlin, William *et al.* (2008). *From Exclusion to Ownership*. Washington, D.C.: Rights and Resources Initiative.
- Wapenhans, W.A. (1992). *A Report of the Portfolio Taskforce*. Washington, D.C.: The World Bank.
- The World Bank (1992). *Environment and Development – World Development Report*, Washington, D.C.: The World Bank.
- The World Bank (1995). *Mainstreaming the Environment*, Washington, D.C.: The World Bank.



The World Bank (2010). *Project Appraisal Document, Report Nº 53425-ZA*, Washington, D.C.: The World Bank, March 19.

The World Bank (2000). *Can Africa Claim the 21st Century?* Washington, D.C.: The World Bank.

The World Bank (2001). *Making Sustainable Commitments - An Environment Strategy for the World Bank*. Washington, D.C.: The World Bank.

The World Bank (2008). *Development and Climate Change – A Strategic Framework for the World Bank Group*, Washington, D.C.: The World Bank.

The World Bank (2009). *Annual Report*. Washington, D.C.: The World Bank.

The World Bank (2010). *Annual Report*. Washington, D.C.: The World Bank.

The World Bank (March 19, 2010). *Project Appraisal Document, Report Nº 53425*, Washington, D.C.: The World Bank.

Young, Zoe (2002). *A New Green Order? The World Bank and the Politics of the Global Environment Facility*. London and Sterling, Virginia: Pluto Press.



Bibliografia

Berkman, Steve (2008). *The World Bank and the Gods of Lending*, Sterling, Virginia: Kumarian Press.

Compliance Advisor Ombudsman (2009). *Audit of IFC's Investments in Wilmar Trading* (IFC No. 20348), Delta-Wilmar CIS (IFC No. 24644) Wilmar-WCAP (IFC No. 25532=, Delta-Wilmar CIS Expansion (IFC No. 262719, Audit Report, Washington, D.C.: International Finance Corporation, June 19.

The Extractive Industries Review (2003). *Striking a Better Balance*, Jakarta, Indonesia and Washington, D.C. Available at URL [http://irispublic.worldbank.org/85257559006C22E9/All+Documents/85257559006C22E985256FF6006843AB/\\$File/volume1english.pdf](http://irispublic.worldbank.org/85257559006C22E9/All+Documents/85257559006C22E985256FF6006843AB/$File/volume1english.pdf)

Fairman, David (1996). "The Global Environment Facility: Haunted by the Shadow of the Future" in Keohane, R.O. and Levy, M.A.(ed) *Institutions for Environmental Aid*, Cambridge, Massachusetts and London: the MIT Press.

Forest Carbon Partnership Facility (2011). *Revised Charter*. Washington, D.C.: The World Bank. Available at URL <http://www.forestcarbonpartnership.org/fcp/node/43>

Horta, Korinna (1998). "Global Environment Facility". *Foreign Policy in Focus*, Vol. 3, No 39:4.

Horta, Korinna (2008). *The Politics of Policy and Practice – International Financial Institutions and Biodiversity*. Koeln: Lambert Academic Publishing.

Horta, Korinna (2009). *Global Climate Politics in the Congo Basin*. Berlin: Heinrich Boell Stiftung.

Independent Evaluation Group (2008). *Environmental Sustainability – An Evaluation of World Bank Group Support*. Washington, D.C.: The World Bank.

Independent Evaluation Group (2008). *Climate Change and the World Bank Group*. Washington, D.C.: The World Bank.

Independent Evaluation Group (2010). *Safeguards and Sustainability in a Changing World, An Independent Evaluation of World Bank Group Experience*. Washington, D.C.: The World Bank.

The Inspection Panel (2007). *Investigation of Forest Sector Operations in DRC, Report Nº 40746-ZR*. Washington, D.C.: The World Bank, August 31.

The Inspection Panel (2009). *The Inspection Panel at 15 Years*. Washington, D.C.: The World Bank.

Lohmann, Larry (2009). *When Markets are Poison – Learning about Climate Policy from the Financial Crisis*, United Kingdom: The Cornerhouse. Available at <http://www.thecornerhouse.org.uk>.

Meinhard-Gibbs, Heike and Bast, Elizabeth (October 2010). *World Bank Group Energy Financing – Energy for the Poor?* Washington, D.C.: Oil Change International. Available at URL <http://priceofoil.org/wp-content/uploads/2010/10/ociwbgenergyaccessfin.pdf>.



Operations Evaluation Department–OED (2000). *Safeguard Policy Framework: OED Comments on Systemic Issues*. Washington, D.C.: The World Bank.

Operations Evaluation Department–OED (2002). *Promoting Environmental Sustainability in Development – An Evaluation of the World Bank’s Performance*. Washington, D.C.: The World Bank.

Porter, Gareth *et al.* (1998). *Study of the GEF’s Overall Performance*. Washington, D.C., The Global Environment Facility.

Saprin-Structural Adjustment Participatory Review Network (2004). *Structural Adjustment – The Sapri Report*. London and New York: Zed Books.

Sunderlin, William *et al.* (2008). *From Exclusion to Ownership*. Washington, D.C.: Rights and Resources Initiative.

Wapenhans, W.A. (1992). *A Report of the Portfolio Taskforce*. Washington, D.C.: The World Bank.

The World Bank (1992). *Environment and Development – World Development Report*, Washington, D.C.: The World Bank.

The World Bank (1995). *Mainstreaming the Environment*, Washington, D.C.: The World Bank.

The World Bank (2010). *Project Appraisal Document, Report Nº 53425-ZA*, Washington, D.C.: The World Bank, March 19.

The World Bank (2000). *Can Africa Claim the 21st Century?* Washington, D.C.: The World Bank.

The World Bank (2001). *Making Sustainable Commitments – An Environment Strategy for the World Bank*. Washington, D.C.: The World Bank.

The World Bank (2008). *Development and Climate Change – A Strategic Framework for the World Bank Group*, Washington, D.C.: The World Bank.

The World Bank (2009). *Annual Report*. Washington, D.C.: The World Bank.

The World Bank (2010). *Annual Report*. Washington, D.C.: The World Bank.

The World Bank (March 19, 2010). *Project Appraisal Document, Report Nº 53425*, Washington, D.C.: The World Bank.

Young, Zoe (2002). *A New Green Order? The World Bank and the Politics of the Global Environment Facility*. London and Sterling, Virginia: Pluto Press.